

RELATÓRIO DE GESTÃO

I. – INTRODUÇÃO

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) tem uma missão que decorre da Universidade Nova de Lisboa (UNL), dirigida às áreas das Ciências Biomédicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade (clínicos, laboratoriais e de saúde pública), a contribuição para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global em geral, e das regiões tropicais em particular, a cooperação e a divulgação do conhecimento científico.

Em Janeiro de 2011, o Director do IHMT procedeu à nomeação de um segundo Subdirector, ficando assim o Conselho de Gestão com a seguinte composição:

- ✓ Professor Doutor Paulo Ferrinho, Director;
- ✓ Professora Doutora Zulmira Hartz, Subdirectora;
- ✓ Professor Doutor Henrique Silveira, Subdirector;
- ✓ Dr^a Isabel Antunes, Administradora.

Também no decurso deste ano procedeu-se à formação do Conselho Consultivo do IHMT, composto por treze individualidades externas.

Com a nova reorganização das Unidades de Ensino e Investigação (UEI) e a criação de um serviço de Interesse comum do IHMT, foram nomeados os seus Directores:

- ✓ Prof. Doutor João Piedade, Director da UEI de Microbiologia Médica;
- ✓ Prof.^a Doutora Silvana Belo, Directora da UEI de Parasitologia Médica;
- ✓ Prof. Jorge Seixas, Director da UEI de Clínica Tropical;
- ✓ Prof^a Lenea Campino, Directora dos Serviços de Interesse Comum.

O Prof. Doutor Paulo Ferrinho assumiu interinamente a direcção UEI de Saúde Pública Internacional e Bioestatística.

A organização dos Serviços de Apoio Geral e de Apoio ao Ensino, à Investigação e à Cooperação, foram objecto de regulamento interno, dando-se assim cumprimento ao estabelecido nos estatutos do IHMT.

Durante o ano de 2011 o Conselho de Gestão manteve o mesmo grau de compromisso assumido no ano anterior, nomeadamente na concretização dos seus objectivos estratégicos:

- ✓ Mobilizar novas fontes de Financiamento;
- ✓ Racionalizar e expandir as ofertas pedagógicas do IHMT;
- ✓ Reforçar a qualidade das actividades de ensino, investigação e cooperação;
- ✓ Finalizar a implementação das novas estruturas de UEI e Laboratório Associado;
- ✓ Apostar em parcerias multilaterais e no reforço de "field stations" nos países lusófonos com que colaboramos;
- ✓ Continuar a promover a requalificação das instalações e equipamentos.

No respeitante ao ensino, em 2011 finalizou-se a adaptação ao processo de Bolonha dos nossos cursos, dinamizou-se o programa ERASMUS de mobilidade e procedeu-se à implementação de um modelo de avaliação do ensino do IHMT de acordo com o Sistema de Monitorização da Qualidade do Ensino da UNL. A nossa oferta pedagógica foi ainda ampliada com a criação de novos cursos de curta duração, e cursos de apoio ao desenvolvimento em resposta às necessidades indicadas pelos responsáveis do sector da saúde dos países lusófonos. Estiveram em funcionamento, três cursos de doutoramento, cinco cursos de Mestrado e vários programas de actualização técnica e de formação. Neste ano frequentaram o IHMT, 280 alunos, sendo 118 de Mestrado e 62 de Doutoramento e 100 de cursos não conferentes de grau. O IHMT atribuiu neste ano o grau de Mestre a 50 alunos e o grau de Doutoramento a 13 alunos.

Na investigação o ano de 2011 foi sobretudo orientado para a sua estratégia científica e na nova organização das suas UEI. Continuaram em funcionamento os Centros de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais (CMDT-LA) e Unidade de Parasitologia e Microbiologia Médicas (UPMM). Foi ainda activado um serviço de Interesse Comum com vista a otimizar recursos e a facilitar a integração científica das UEI.

Um dos referenciais do IHMT foi a prestação de serviços especializados à comunidade, nomeadamente:

- ✓ Execução de análises de aplicação à clínica e de natureza sanitária, muitas vezes, de um modo exclusivo em Portugal;
- ✓ Prestação de assistência médica e assessoria especializada, no âmbito da Medicina e Patologia Tropicais, da Medicina das Viagens e da Saúde dos migrantes;
- ✓ Serviços prestados pelo Biotério e Insectário;
- ✓ Missões de assessoria técnica às autoridades de saúde dos diversos países lusófonos, particularmente a Cabo Verde, Moçambique, Angola e Guiné- Bissau e ao Secretariado Executivo da CPLP, assim como aos Ministérios da Saúde de Portugal e do Brasil.

Relativamente à Gestão Financeira do Instituto, neste ano particularmente difícil, mantivemos um apertado controlo orçamental e financeiro o que nos permitiu chegar ao final do ano com uma situação equilibrada. O relatório da auditoria externa à conta de gerência de 2011 foi emitido sem reservas pela SROC, Martins, Pereira & Associados, e a transparência e eficácia da nossa administração e gestão foram mais uma vez comprovadas.

I. – ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

As contas do IHMT estão apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental, cumprindo igualmente todas as exigências constantes das Instruções n.º 1/2004 – 2ª Secção, de 22 de Janeiro, do Tribunal de Contas.

a) *Análise Económico-Financeira*

A receita cobrada no ano de 2011 atingiu o valor de 8.621.267,17€ (inclui 1.668.667,4€ de saldo da gerência anterior), representando as transferências directas do Orçamento de Estado (OE) 46,57%, as transferências de entidades financiadas pelo OE 11,47%, as receitas próprias 22,6% e o saldo de gerência anterior 19,36%.

Refira-se que o peso das transferências do OE no total da receita cobrada desceu cerca de 8,48%, relativamente a 2010.

A despesa paga ascendeu a 7.149.925,01€, sendo 55,92% assegurada pelas transferências directas do OE.

Transferências Directas do OE

(unidade: euros)

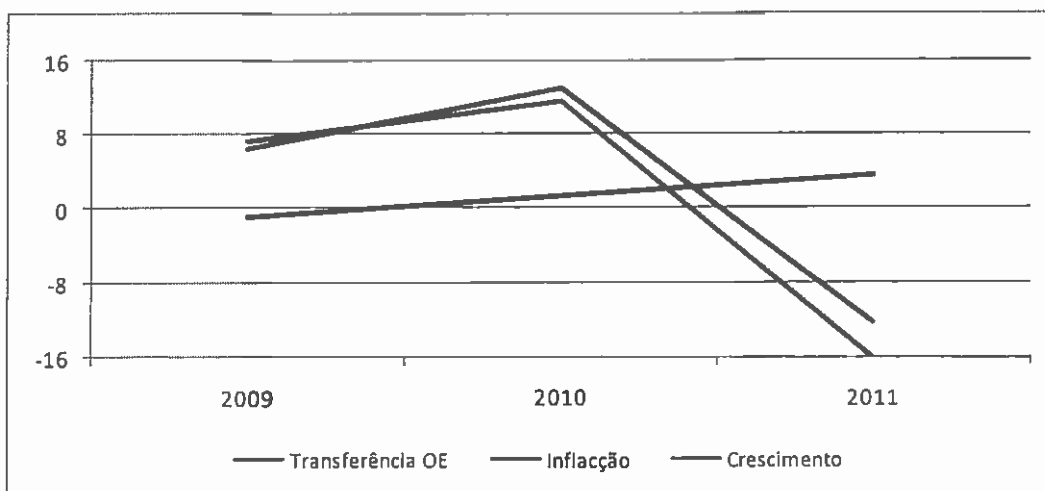
DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA						
	2008	2009	2010	2011	Δ(09/08)%	Δ(10/09)%	Δ(11/10)%
1- Receitas correntes	3.788.000,00	4.029.107,00	4.559.018,00	3.994.628,00			
2- Receitas de capital	12.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			
3- Total (1+2)	3.800.000,00	4.049.107,00	4.579.018,00	4.014.628,00	6,56	13,09	-12,33
4- Saldo da gerência anterior							
TOTAL GERAL (3+4)	3.800.000,00	4.049.107,00	4.579.018,00	4.014.628,00			

As transferências directas do OE passaram de 4.579.018€ para 4.014.628€, o que se traduziu numa redução destas transferências de 12,33%, relativamente ao ano anterior.

Inicialmente, a dotação orçamental do OE atribuída ao IHMT era de 4.491.049€, uma redução de 1,92% relativamente a 2010. Contudo, na sequência da aplicação de reduções salariais ao pessoal, determinadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2011, a dotação do OE concedida ao IHMT foi reduzida pelo Ministério das Finanças cerca de 7,75% (348.103€).

Adicionalmente, algumas dotações das rubricas de despesa do orçamento de funcionamento do IHMT foram sujeitas a cativações, no valor total de 128.318€. Este montante ficou cativo na rubrica de transferências directas do OE, não podendo ser requisitado ao longo do ano.

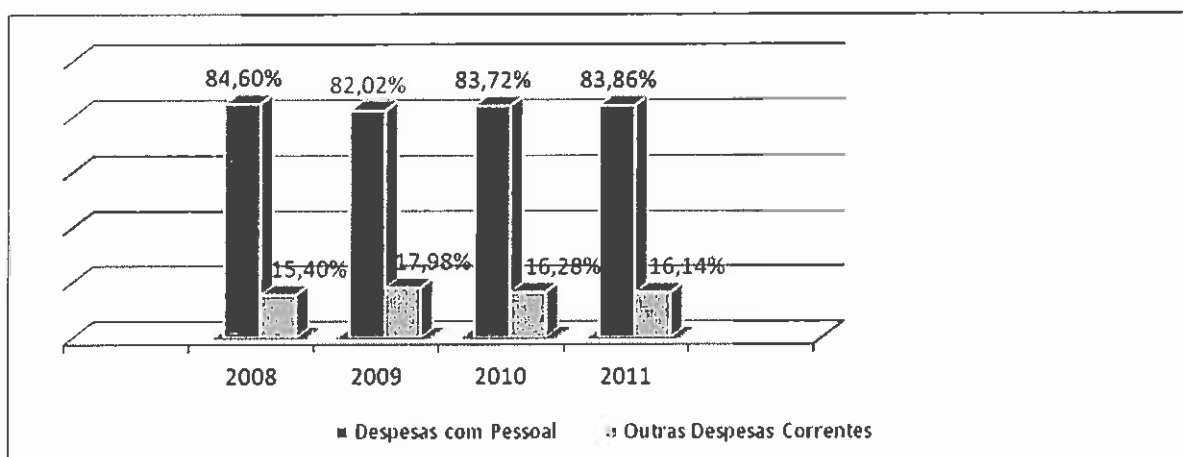
Ao relacionarmos o aumento das transferências directas do OE com a taxa de inflação de 3,7%, em 2011, constata-se que houve uma perda real de 16,03%, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



(unidade: euros)

DESIGNAÇÃO	DESPESA PAGA										
	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	Δ(09/08)%	Δ(10/09)%	Δ(11/10)%
1- Despesas correntes	3.783.854,97		3.974.444,23		4.529.854,33		3.979.799,82		5,04	13,97	-12,14
a)- Desp. pessoal	3.201.282,05	84,60	3.259.745,15	82,02	3.792.447,30	83,72	3.337.316,03	83,86	1,83	16,34	-12,00
b)- Outr. desp. Corr.	582.572,92	15,40	714.699,08	17,98	737.407,03	16,28	642.483,79	16,14	22,68	3,18	-12,87
2- Despesas de capital	11.927,81		17.933,56		19.960,00		18.580,37		50,35	11,30	-6,91
TOTAL GERAL (1+2)	3.795.782,78		3.992.377,79		4.549.814,33		3.998.380,19		5,18	13,96	-12,12
Saldo gerência seq.	4.217,22		56.729,21		29.203,67		16.247,81		1245,18	-48,52	-44,4

As despesas com pessoal representaram cerca de 83,86% do total das despesas efectuadas por contrapartida das transferências directas do OE. Estas despesas diminuíram 12,14% relativamente a 2010.



A redução das despesas com o pessoal resulta, em parte, da aplicação das reduções remuneratórias ao pessoal que usufruía remunerações totais ilíquidas de valor superior a 1.500€ mensais, de acordo com o estabelecido na Lei do OE para 2011.

Contribuiu, ainda, para a redução das despesas com o pessoal:

- ✓ A aposentação de 1 técnico superior, de 1 técnico de diagnóstico e terapêutica, e de 2 assistentes operacionais;
- ✓ A licença sem remuneração de longa duração de 2 professores;

- ✓ A saída de 1 assistente operacional por procedimento concursal;
- ✓ A caducidade do contrato de 1 professor.

Em contrapartida, recrutaram-se apenas 2 técnicos superiores, 1 assistente operacional e 1 chefe de divisão. Refira-se, ainda, que um dos técnicos superiores recrutados veio substituir um técnico superior avençado que exercia as mesmas funções; e que o lugar de chefe de divisão do sector Académico foi ocupado por um técnico superior do IHMT, cujo lugar não foi entretanto preenchido.

Com efeito, as transferências directas do OE permitiram pagar grande parte das remunerações e outros abonos do “pessoal permanente”, bem como o encargo da entidade empregadora na contribuição para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). O valor das despesas com o “pessoal permanente” assegurado pelas receitas próprias da instituição foi apenas de 132.089,22€.

Em 2011, o sistema de reembolso das despesas de saúde do pessoal beneficiário da ADSE foi alterado. De acordo com o estabelecido na Lei do OE para 2011, a entidade empregadora passou a pagar mensalmente uma contribuição de 2,5% do total das remunerações do seu pessoal. Com este novo regime as despesas de saúde suportadas pela instituição aumentaram 24,1% relativamente às despesas do ano anterior, isto é passaram de 61.322,41€ para 76.112,64€.

De referir que em 2010, por força do estabelecido no Contrato de Confiança assinado entre o Governo e as instituições de ensino superior parte das despesas com a ADSE tinham deixado de ser suportadas por conta dos orçamentos destas instituições.

Para além das despesas com o "pessoal permanente", as transferências directas do OE financiaram parte do funcionamento básico da instituição, remetendo para as receitas próprias e para as transferências de entidades financiadas pelo OE o financiamento da sua actividade propriamente dita. Resulta desta realidade a impossibilidade de futuramente continuar a comprimir o volume das despesas de funcionamento, dada a sua natureza.

A diminuição das despesas de funcionamento em 12% deveu-se em parte à diminuição dos encargos das instalações. O valor da factura da água desceu drasticamente devido a terem sido reparadas várias rupturas encontradas na mata. Julgamos que em 2012, o valor pago ainda será menor, uma vez que foi montado, no final de 2011, um novo sistema de rega do jardim que irá bombear água directamente de um poço existente nas nossas instalações.

Contudo, espera-se em 2012 uma subida da factura da electricidade devido ao aumento do IVA, de 6% para 23%, realizado no último trimestre de 2011 pelo Governo.

Por fim, refira-se que a redução acima referida se deve, também, à transição, em 2011, das despesas com a implementação do novo sistema de apoio à gestão (SIAG-AP) para o orçamento de receitas próprias. Com efeito, em 2010, as despesas iniciais do projecto SIAG-AP, designadamente especificações e requisitos, planeamento, instalação e formação dos utilizadores foram pagas por verbas transferidas directamente do OE. Em contrapartida, em 2011, as despesas resultantes do apoio à produção no SIAG- AP, realizado pela empresa GEDI, foram pagas através de receitas próprias da instituição.

O investimento realizado em 2011 com verbas do OE foi de apenas 18.580,37€. Este montante foi utilizado na aquisição de hardware e software informático que substituiu equipamento idêntico avariado ou tornado obsoleto, bem como na aquisição de algum equipamento administrativo.

Com a reestruturação das UEI foram efectuadas obras de adaptação de gabinetes e laboratórios.

Como já é habitual, ao longo do ano, realizaram-se igualmente reparações nos edifícios que viabilizaram o seu funcionamento diário, designadamente canalizações; desentupimentos; substituição de torneiras e autoclismos; arranjo de portas, janelas e persianas; substituição de fechaduras; etc.

Receitas Próprias

(unidade: euros)

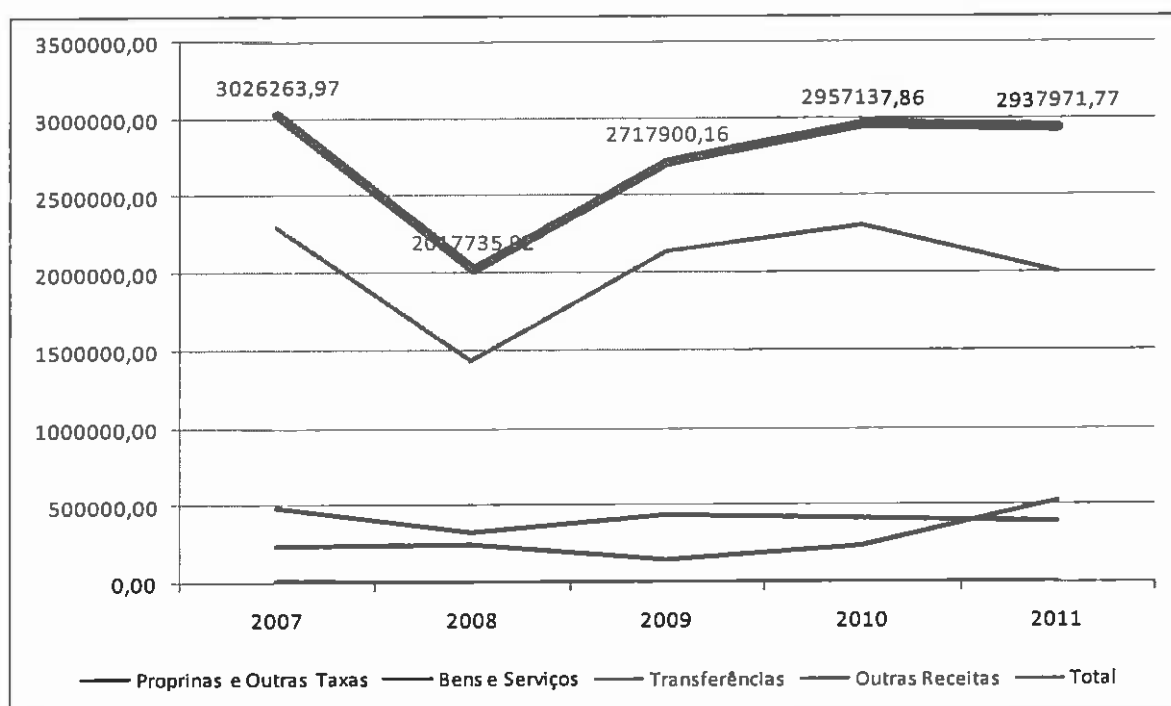
DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA						
	2008	2009	2010	2011	((09/08)%	((10/09)%	((11/10)%
- Propinas e outras taxas	250.896,09	144.996,19	237.072,45	533.146,68	-42,21	63,50	124,89
- Bens e serviços	324.646,76	434.134,56	414.843,74	390.773,48	33,73	-4,44	-5,80
- Transferências	1.435.150,39	2.134.958,27	2.304.446,67	2.007.913,70	48,76	7,94	-12,87
- Outras receitas	7.042,68	3.811,14	775,00	6.137,91	-45,89	-79,66	691,99
1- Total	2.017.735,92	2.717.900,16	2.957.137,86	2.937.971,77	34,70	8,80	-0,65
2- Saldo da gerência anterior	2.922.900,86	1.915.857,03	1.520.638,07	1.668.667,40			
TOTAL GERAL (1+2)	4.940.636,78	4.633.757,19	4.477.775,93	4.606.639,17	-6,21	-3,37	2,88

As receitas próprias cobradas e as transferências de entidades financiadas pelo OE diminuíram 0,65% em 2011 face a 2010. Essencialmente, a receita cobrada foi proveniente de transferências correntes (43,59%) e das propinas e outras taxas (11,57%), verificando-se que o saldo de gerência anterior representa 36,22% do total.

Da análise do quadro acima constata-se que as receitas de propinas e outras taxas aumentaram 124,89% face ao ano anterior. Este aumento deveu-se à introdução de taxas pelos serviços de vacinação prestados ao Viajante. Nos termos do Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de Janeiro, o IHMT passou a cobrar taxas na aplicação de vacinas internacionais, nomeadamente vacinas contra a febre-amarela e contra a febre tifóide, no âmbito dos Serviços de Vacinação prestados pela Associação para o

Desenvolvimento da Medicina Tropical (ADMT). Em 2011, o valor cobrado em taxas sanitárias foi de 271.820€.

Já em relação ao valor cobrado em propinas de mestrado e doutoramento (252.728,63€) houve um aumento de 11,1%, relativamente ao ano anterior.



Em consonância com as restantes Unidades Orgânicas da UNL, em 2011, alterou-se o critério de contabilização da receita de propinas de cursos de doutoramento. Com efeito, passou-se a incluir nesta rubrica as propinas transferidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), respeitantes aos alunos que beneficiam de bolsas desta instituição pela frequência no programa de doutoramentos do IHMT. Estas propinas designadas pela FCT por "custos de formação" foram registadas pelo valor de 52.250€.

De acordo com o regulamento de propinas do IHMT ficaram estabelecidas, no final de 2010, as regras de pagamento das propinas de 3º ciclo. Neste âmbito, os alunos de

doutoramento que não beneficiaram de qualquer bolsa da FCT iniciaram, em 2011, o seu respectivo pagamento. Assim, cobraram-se 50.627,53€ de propinas de doutoramento directamente a estudantes e outras entidades.

Importa realçar que, se cobraram cerca de 141.493€ de propinas de cursos mestrado. E, ainda é de assinalar que 83% das propinas de cursos de mestrado respeitantes ao ano lectivo 2011/12 foram cobradas até ao final do ano, ficando 17% apenas para serem cobradas em 2012.

O IHMT cobrou, ainda, 8.358,1€ de propinas suplementares. Estas propinas destinaram-se unicamente aos alunos que não entregaram a dissertação de mestrado ou a tese doutoramento dentro dos prazos regulamentares dos programas, tendo-lhes sido dado pela instituição um prazo suplementar para o efeito.

Em 2011, promoveu-se uma campanha de marketing com vista a dar a conhecer activamente a nossa oferta alargada de cursos de mestrado, doutoramento e de pós-graduação.

Bens e serviços

(unidade: euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Consulta	48.585,00	6.245,00	4.113,00	861,00
Vacinação	52.186,12	0,00	0,00	0,00
Medicamentos	90,00	0,00	0,00	0,00
Análises Hospitalares	131.836,80	123.650,51	59.078,97	130.993,34
Análises Utentes	15.294,07	15.007,78	14.589,06	19.859,91
Assistência Técnica	33.525,07	39.443,63	50.121,29	57.932,40
Outros Bens e Serviços	43.129,70	249.787,64	286.941,42	181.126,83
TOTAL GERAL	324.646,76	434.134,56	414.843,74	390.773,48



Em 2011 inverteu-se a tendência registada no ano anterior, a receita arrecadada da facturação aos hospitais/centros hospitalares pela realização de análises clínicas aumentou 121,73%, de 59.078,98€ passou para 130.993,34€.

O IHMT vinha já há algum tempo efectuando sem sucesso esforços repetidos para a cobrança dos valores em dívida dos hospitais/centros hospitalares, nomeadamente junto do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental que era o nosso maior devedor. No final de 2011, decidiu-se notificar os Conselhos de Administração dos hospitais/centros hospitalares, cujas dívidas eram superiores a um ano, no intuito de apresentarem um plano de pagamentos de liquidação da dívida, até ao final do ano, sob pena de cancelamento dos nossos serviços em 2012.

O impacto desta medida foi extraordinária, a maioria dos hospitais/centros hospitalares notificados liquidaram a quase totalidade das suas dívidas. De todos os visados salienta-se o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental que pagou 70.146,33€, sendo 48.975,23€ respeitante a anos anteriores.

A dívida dos hospitais/centros hospitalares de análises clínicas comparativamente ao ano anterior diminuiu 53,08%, de 100.971,38€ para 47.373,77€. E, se considerarmos apenas dívida aquela cujo prazo de pagamento é superior a 90 dias, então a dívida dos hospitais/centros hospitalares de análises clínicas, no final do ano, cifrava-se em 28.952,62€.

Nas outras receitas destaca-se a mensalidade (5.000€) paga pela ADMT ao IHMT resultante da cedência do espaço destinado às consultas externas, bem como do direito da sua exploração, para efeitos da Consulta do Viajante e do Serviço de Vacinação.

No último trimestre de 2011, entrou em vigor o regulamento de acesso de viaturas ao parque do IHMT. Este previa a cobrança de uma comparticipação aos utentes pela

utilização do estacionamento. Neste âmbito, obteve-se uma nova receita no montante aproximado de 16.000€.

Transferências

(unidade: euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010	2011
-- Investigação --	---	---	---	---
Estado				
IPAD				
SGME		40.973,95		
Serviços e Fundos Autonomos				
FCT	999.688,47	1.327.502,90	1.214.780,41	884.810,69
FF			7.466,00	19.067,20
IST	12.000,00		3.000,00	
IICT			23.226,70	3.600,00
IBMC	18.215,70			
MEI	12.955,68			
Outros	1.750,00	3.105,30	13.057,29	2.320,11
Particulares				
Gulbenkian		31.575,67	30.110,00	41.110,00
Fundação FC UL	13.103,41	5.937,90	26.208,00	5.940,00
FC UP			12.000,00	12.000,00
Fundação FCT	13.860,00		15.318,60	14.589,00
Imunostar	16.315,11	9.009,11		
Outros	8.101,01	25.306,43	20.641,70	12.490,60
Exterior - União Europeia	136.933,48	153.014,01	198.666,45	257.706,23
Exterior - Outros	5.609,62		2.000,00	
Total de Investigação (1)	1.238.532,48	1.596.425,27	1.566.475,15	1.253.633,83
-- Cooperação --	---	---	---	---
Estado				
IPAD	105.000,00	115.000,00	28.149,10	22.385,13
Serviços e Fundos Autonomos				
FCT	4.000,00			

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Particulares				
Gulbenkian	26.479,72	13.500,00	19.900,00	13.300,00
GlaxoSmithKline				
FLAD				
ACS	12.500,00		82.500,00	15.000,00
Instituto Luso Farmaco				
Outros				
Exterior - União Europeia		22.500,00	587.587,74	540.587,74
Exterior - Outros				153.450,00
Total de Cooperação (2)	147.979,72	151.000,00	718.136,84	744.722,87
-- Outros --				
Estado				
ACS	8.275,19		19.834,68	
DGES		275.000,00		
Serviços e Fundos Autonomos				
FCT	40.000,00			
FCM		13.464,00		
ITQB				
Outros				
Particulares				
GlaxoSmithKline	363,00			
Gulbenkian				3.200,00
Exterior - União Europeia		99.069,00		6.357,00
Exterior - Outros				
Total de Outros (3)	48.638,19	387.533,00	19.834,68	9.557,00
TOTAL GERAL (1+2+3)	1.435.150,39	2.134.958,27	2.304.446,67	2.007.913,70

Face a 2010, houve uma redução de cerca 12,87% do total da receita angariada no âmbito de projectos. A diminuição nas transferências da FCT foi determinante para este decréscimo, uma vez que passaram de 1.214.780,41€ em 2010 para 884.810,69€ em 2011.

Importa salientar que devido à difícil situação orçamental que o país atravessa, a FCT tem vindo a retardar o reembolso de pedidos de pagamento entretanto já validados. Assim, no final do ano, o IHMT tinha por receber da FCT a quantia de 166.271,66, relativamente a projectos já terminados e em curso.

No entanto, a FCT continua a ser uma das principais entidades financiadoras de projectos. No final de 2011, num total de 78 projectos em execução, cerca de 45 eram financiados por esta entidade, o que representou 44% do total das transferências recebidas. Importa acrescentar que nestas transferências se encontram incluídos os financiamentos plurianuais do CMDT e da UPMM, assim como o financiamento do programa "Contratação de Doutorandos para o Sistema Científico e Tecnológico", Ciência 2007 e 2008.

Em Dezembro de 2011, também, a União Europeia devia ao IHMT a quantia de 89.413,02€ referente a projectos já encerrados.

(unidade: euros)

DESIGNAÇÃO	DESPESA PAGA										
	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	Δ(09/08)%	Δ(10/09)%	Δ(11/10)%
1- Despesas correntes	2.798.477,66		2.908.995,59		2.591.771,59		2.821.313,44		3,95	-10,90	8,86
a)- Desp. pessoal	1.107.375,00	39,57	1.532.393,33	52,68	1.107.305,59	42,72	1.029.438,08	36,49	38,38	-27,74	-7,03
b)- Outr. desp. Corr.	1.691.102,66	60,43	1.376.602,26	47,32	1.484.466,00	57,28	1.791.875,36	63,51	-18,60	7,84	20,71
2- Despesas de capital	230.519,31		260.852,74		248.540,61		330.231,38		13,16	-5,49	33,95
TOTAL GERAL (1+2)	3.028.996,97		3.169.848,33		2.838.312,20		3.151.544,82		4,65	-10,46	11,04

As despesas com pessoal diminuíram 7,03% relativamente ao ano transacto. O principal factor que explica este decréscimo foi a aplicação das reduções remuneratórias ao pessoal que usufruía remunerações totais ilíquidas superiores a 1.500€.

As despesas efectuadas a partir das receitas próprias cobradas seguiram a política definida desde 2001, isto é, a auto-sustentabilidade das actividades do IHMT. Os cursos são financiados pelas propinas, a investigação por concursos públicos e a cooperação para o desenvolvimento através de financiamentos obtidos junto das entidades financiadoras deste tipo de acções.

Neste âmbito, ao observarmos as rubricas da despesa com maior peso no total constata-se que a maior parte das despesas correntes foi destinada à aquisição de reagentes, material de laboratório e outros bens e serviços para a investigação, cooperação para o desenvolvimento, ensino e prestação de serviços à comunidade.

Assinala-se, ainda, que o aumento de 20,71% das despesas correntes prendeu-se com a execução de um conjunto de investimentos que visaram requalificar as instalações e os equipamentos do IHMT, nomeadamente:

- ✓ Reparação e impermeabilização das coberturas dos terraços do edifício Principal;
- ✓ Remodelação de três instalações sanitárias no edifício Principal;
- ✓ Criação de uma sala de frio e de uma sala de lavagens;
- ✓ Reparação dos Anfiteatros I e II, da sala Fraga de Azevedo e da sala do Conselho Científico;
- ✓ Instalação de um novo sistema de cancelas;
- ✓ Obras de readaptação das salas devido à reocupação dos espaços no edifício Principal;
- ✓ Instalação de gás nas bancadas dos laboratórios do 2º. Piso do Edifício Principal;
- ✓ Aquisição de um sistema de videoconferência;
- ✓ Aquisição de um sistema de controlo de chamadas telefónicas;
- ✓ Aquisição de uma aplicação informática DOC Base – programa para gestão de Bibliotecas, inserido no processo de revitalização da Biblioteca;
- ✓ Substituição do sistema de controlo de assiduidade.

b) Situação Patrimonial – Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Balanço evidencia um total de 5.070.664,65€ e um total de Fundos Próprios de 2.495.286,56€, incluindo um resultado líquido positivo de 598.363,04€.

De referir que o resultado líquido no ano anterior tinha sido negativo em 28.948,96€, pelo que aumentou cerca de 627.312€.

O valor positivo apurado no resultado líquido resultou basicamente da redução dos custos com o pessoal associados às medidas de contenção salarial impostas pelo Governo em 2011 e para 2012, designadamente:

- ✓ Reduções remuneratórias ao pessoal que usufruía remunerações totais ilíquidas superiores a 1.500€;
- ✓ Suspensão ou redução do subsídio de férias.

Os custos com o pessoal passaram, em 2010, de 4.898.352,37€ para, em 2011, 4.134.195,63€, menos 764.156,74€.

No activo, o imobilizado corpóreo bruto atinge o valor bruto de 7.610.400,36€, ao qual correspondem 4.489.226,28€ de amortizações.

No que respeita aos imóveis afectos à actividade do IHMT, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, não integram ainda o património da UNL.

Apesar da Colliers P&I, em 2004, ter efectuado a avaliação de todos os imóveis sob administração do IHMT, optou-se, desde então, por não se proceder ao seu registo contabilístico até ao processo de transferência para a titularidade da UNL estar concluído. O registo contabilístico da reavaliação destes imóveis, efectuada em 2009, encontra-se, também, condicionado a este processo.

O edifício do Biotério é a única excepção, uma vez que a sua construção se efectuou com verbas PIDDAC atribuídas ao IHMT.

O IHMT continua a aguardar que a Reitoria da UNL efectue os procedimentos necessários para que seja concretizada a transferência dos restantes imóveis, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, para o património da UNL, de modo a podermos proceder ao seu registo contabilístico.

As disponibilidades de caixa e de depósitos em bancos são no valor de 1.547.044,89€, menos 194.532,45€ do que no ano anterior.

As dívidas de terceiros ascendem a 106.357,31€. O valor das dívidas de cobrança duvidosa é de 29.816,86€, referente a créditos em mora. O IHMT tem vindo a realizar inúmeras diligências junto dos seus clientes com o intuito de persuadi-los a pagar as suas dívidas, não obtendo ainda quaisquer resultados nesse sentido.

De referir que a provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reduzida no valor de 39.925,5€ devido ao recebimento de alguns créditos, no valor de 24.421,62€, bem como à regularização de parte da dívida da empresa CESO, no valor de 15.503,88€.

Em contrapartida reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em 15.868,54€, para créditos em mora à mais de 1 ano.

A provisão foi constituída numa base económica tendo em atenção o risco efectivo de recuperabilidade dos valores a receber, designadamente atendendo às dificuldades financeiras que o Serviço Nacional de Saúde atravessa actualmente impedindo-o de liquidar os seus compromissos atempadamente.

Os acréscimos de proveitos, no valor de 279.804,63€, respeitam a financiamentos de projectos que irão ser transferidos para o IHMT em 2012, mas cujos custos já foram dispendidos em 2011.

No passivo, as dívidas a terceiros, no montante de 91.073,27€, reportam sobretudo a parte dos impostos retidos na fonte em Dezembro de 2011 e cujo pagamento ocorre, em harmonia com os prazos legais, em momentos posteriores àquela data.

A conta de acréscimos de custos no montante de 304.682€ inclui os encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a liquidar em 2012. Este valor é inferior em 245.491€ relativamente ao registado no ano anterior. Com efeito, no cálculo do subsídio de férias considerou-se a suspensão do seu pagamento às pessoas cujas remunerações base mensal sejam superiores a 1.100€, bem como a sua redução para remunerações base mensal entre 600€ e 1.100€.

Por fim, os proveitos diferidos no valor total de 2.179.622,82€ incluem: 92.517,08€ de propinas de mestrado pagas pelos alunos relativas a 2012; 768.167,72€ de transferências de projectos que serão reconhecidas nos exercícios seguintes; 1.318.938,02€ de subsídios para o investimento.

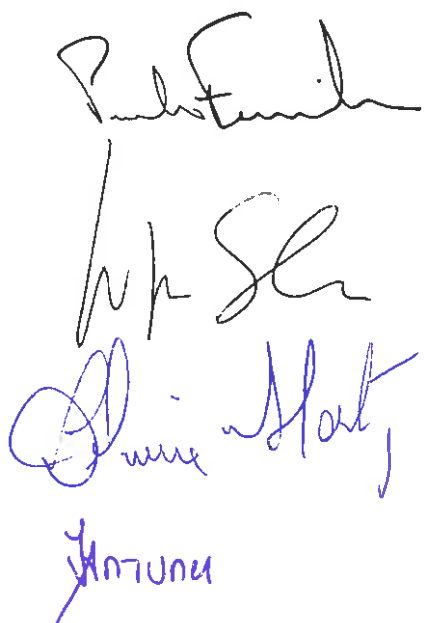
III. – PERSPECTIVAS

Para 2012, foram definidos pelo Conselho de Gestão os seguintes objectivos estratégicos:

- ✓ Reforçar o enfoque da investigação em áreas de excelência;
- ✓ Racionalizar, melhorar e integrar a actividade pedagógica e direccionar as ofertas pedagógicas para nichos do mercado;
- ✓ Alinhar a cooperação com o Ministério da Saúde, IPAD, OMS-AFRO, CPLP, FIOCRUZ e outros no reforço de uma “field station” em Moçambique e escritórios em Moçambique e Angola;
- ✓ Diversificar as fontes de financiamento, recorrendo a fontes independentes do Estado;
- ✓ Promover a renovação e manutenção das instalações e equipamentos,
- ✓ Promover a evolução e valorização dos Recursos Humanos do IHMT.

Lisboa, 24 de Abril de 2012

O Conselho de Gestão





W
h

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa

Gerência de 01-01-2011 a 31-12-2011

Class.
Económica

Recebimentos

	Saldo da gerência anterior			
	Execução orçamental - Fundos Próprios			1.668.667,40 €
	De dotações orçamentais (OE)	446.530,08 €	446.530,08 €	
	De receitas próprias			
	Na posse do serviço	1.222.137,32 €	1.222.137,32 €	
	Na posse do Tesouro ... 0,00 €			
	De receita do Estado			3.949,98 €
	De operações de tesouraria			68.959,96 €
	Descontos em vencimentos e salários			
	Receita do Estado ... 0,00 €			
	<i>I - Total do saldo da gerência na posse do serviço</i>			1.741.577,34 €
	Receitas			6.952.599,77 €
	De dotações orçamentais (OE)			
	Correntes			
	Funcionamento			
06.03.01	Estado.	4.032.013,13 €		
06.03.07	Serviços e fundos autónomos.	909.798,00 €		
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos.	41.986,00 €		
08.01.01	Prémios laxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	297,51 €		
	Capital			
	Funcionamento			
10.03.01	Estado.	20.000,00 €		
	De receitas próprias			
	Correntes			
04.01.22	Propinas.	252.728,63 €		
04.01.99	Taxas diversas.	280.418,05 €		
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos.	60.643,60 €		
06.09.05	Países terceiros e organizações internacionais.	153.450,00 €		
07.01.01	Material de escritório.	53,21 €		
07.01.05	Bens inutilizados.	32,73 €		
07.01.99	Outros.	19.976,80 €		



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Fluxos de Caixa

07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos.	39.817,05 €		
07.02.02	Estudos pareceres projectos e consultadoria.	57.932,40 €		
07.02.04	Serviços de laboratórios.	150.853,25 €		
07.02.05	Actividades de saúde.	861,00 €		
07.02.99	Outros.	121.247,04 €		
08.01.01	Prémios laxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	3,14 €		
08.01.99	Outras.	205,72 €		
	Capital			
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos.	4.918,94 €		
	Fundos comunitários			
	Correntes			
06.09.01	União Europeia - Instituições.	540.587,74 €		
06.09.04	União Europeia Paises-Membros.	264.063,23 €		
	Capital			
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos.	712,60 €		
	II - Total das receitas de Fundos Próprios			6.952.599,77 €
	Total das receitas do exercício (I + II)			8.694.177,11 €
	III - Total recebido do Tesouro em c/ receitas próprias			0,00 €
	IV - Total de recebimentos do exercício (I + II + III)			8.694.177,11 €
	Importâncias retidas para entrega ao Estado			
	Receitas do Estado		949.861,01 €	
	Operações de Tesouraria		1.000.153,99 €	
	V - Total das Retenções de fundos alheios			1.950.015,00 €
	Descontos em Vencimentos e Salários			
	Receitas do Estado ... 883.688,95 €			
	Operações de Tesouraria ... 969.841,20 €			
	SASE			
	Saldo da Gerência Anterior		0,00 €	
	Recebimentos		0,00 €	
	Total geral do mapa de fluxos de caixa (IV + V)			10.644.192,11 €



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Fluxos de Caixa

W
L

Class. Económica		Pagamentos		
	Despesas			7.149.925,01 €
	Despesas orçamentais (OE)			
	Correntes			
	Funcionamento			
01.01.02	Órgãos sociais.	227.364,12 €		
01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública.	1.194.886,00 €		
01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho.	93.622,04 €		
01.01.05	Pessoal além dos quadros.	804.914,00 €		
01.01.06	Pessoal contratado a termo.	323.637,29 €		
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença.	24.331,20 €		
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação.	14.596,33 €		
01.01.11	Representação.	10.961,44 €		
01.01.12	Suplementos e prémios.	19.580,50 €		
01.01.13	Subsídio de refeição.	95.285,72 €		
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal.	489.114,78 €		
01.02.02	Horas extraordinárias.	8.003,01 €		
01.02.04	Ajudas de custo.	20.846,56 €		
01.02.05	Abono para falhas.	1.035,48 €		
01.02.07	Colaboração técnica e especializada.	4.083,56 €		
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie.	9.078,35 €		
01.03.01	Encargos com a saúde.	84.418,22 €		
01.03.02	Outros encargos com a saúde.	2.480,21 €		
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens.	1.857,66 €		
01.03.05	Contribuições para a segurança social.	552.567,37 €		
01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais.	555,99 €		
01.03.08	Outras pensões.	1.121,95 €		
01.03.10	Outras despesas de segurança social.	8.953,76 €		
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias.	164.585,92 €		
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes.	31.108,78 €		
02.01.04	Limpeza e higiene.	15.303,01 €		
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais.	860,01 €		
02.01.08	Material de escritório.	24.863,08 €		
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos.	110,87 €		
02.01.15	Prémios condecorações e ofertas.	26,96 €		
02.01.17	Ferramentas e utensílios.	16,91 €		
02.01.18	Livros e documentação técnica.	1.583,81 €		
02.01.21	Outros bens.	60.522,47 €		
02.02.01	Encargos das instalações.	157.832,01 €		



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Fluxos de Caixa

ul
h<

02.02.02	Limpeza e higiene.	58.246,31 €	
02.02.03	Conservação de bens.	46.786,28 €	
02.02.05	Locação de material de informática.	10.362,70 €	
02.02.08	Locação de outros bens.	10.014,42 €	
02.02.09	Comunicações.	42.748,51 €	
02.02.10	Transportes.	9.562,28 €	
02.02.11	Representação dos serviços.	48,00 €	
02.02.13	Deslocações e estadas.	30.578,28 €	
02.02.15	Formação.	8.381,41 €	
02.02.17	Publicidade.	7.847,01 €	
02.02.18	Vigilância e segurança.	114.136,38 €	
02.02.19	Assistência técnica.	63.192,81 €	
02.02.20	Outros trabalhos especializados.	140.168,40 €	
02.02.25	Outros serviços.	89.749,39 €	
03.05.02	Outros.	304,73 €	
03.06.01	Outros encargos financeiros.	249,28 €	
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos.	35.330,52 €	
04.08.02	Outras.	150.700,60 €	
06.02.03	Outras.	3.233,80 €	
	Capital		
	Funcionamento		
07.01.07	Equipamento de informática.	12.138,15 €	
07.01.08	Software informático.	7.213,11 €	
07.01.09	Equipamento administrativo.	11.288,33 €	
07.01.10	Equipamento básico.	15.965,67 €	
07.01.15	Outros investimentos.	1.062,58 €	
	I - Total da despesa por c/ OE		
	Despesas orçamentais com compensação em rec. própria e com ou sem transição de saldos		
	Correntes		
01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública.	93.861,77 €	
01.01.05	Pessoal além dos quadros.	27.507,69 €	
01.01.06	Pessoal contratado a termo.	5.767,07 €	
01.01.13	Subsídio de refeição.	952,21 €	
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal.	2.197,00 €	
01.02.04	Ajudas de custo.	42.069,81 €	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada.	25,00 €	
01.03.01	Encargos com a saúde.	384,46 €	
01.03.05	Contribuições para a segurança social.	2.801,26 €	
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias.	121.210,43 €	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes.	1.053,20 €	



CO
LC

02.01.08	Material de escritório.	1.165,30 €	
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos.	5.367,20 €	
02.01.15	Prêmios condecorações e ofertas.	500,00 €	
02.01.18	Livros e documentação técnica.	7.691,47 €	
02.01.21	Outros bens.	48.686,01 €	
02.02.03	Conservação de bens.	163.016,33 €	
02.02.08	Locação de outros bens.	215,25 €	
02.02.09	Comunicações.	1.109,56 €	
02.02.10	Transportes.	2.384,35 €	
02.02.11	Representação dos serviços.	1.597,03 €	
02.02.12	Seguros.	9.598,94 €	
02.02.13	Deslocações e estadas.	74.877,07 €	
02.02.15	Formação.	2.406,20 €	
02.02.17	Publicidade.	18.084,64 €	
02.02.18	Vigilância e segurança.	586,83 €	
02.02.19	Assistência técnica.	33.968,06 €	
02.02.20	Outros trabalhos especializados.	116.871,85 €	
02.02.25	Outros serviços.	94.838,97 €	
03.06.01	Outros encargos financeiros.	1.990,74 €	
04.03.05	Serviços e fundos autônomos.	6.300,00 €	
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos.	50.000,00 €	
04.08.02	Outras.	1.750,00 €	
06.02.01	Impostos e taxas.	1.530,00 €	
06.02.03	Outras.	49.275,10 €	
	Capital		
07.01.03	Edifícios.	17.007,65 €	
07.01.07	Equipamento de informática.	9.716,79 €	
07.01.08	Software informático.	44.384,82 €	
07.01.09	Equipamento administrativo.	15.924,85 €	
07.01.10	Equipamento básico.	73.792,07 €	
07.01.15	Outros investimentos.	23.098,57 €	
	<i>II - Total da despesa em c/ receita própria</i>		
	Fundos comunitários		
	Correntes		
01.01.06	Pessoal contratado a termo.	117.074,01 €	
01.01.13	Subsídio de refeição.	4.969,87 €	
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal.	12.517,93 €	
01.02.04	Ajudas de custo.	27.834,55 €	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada.	3.285,00 €	



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Fluxos de Caixa

100
Lc

01.03.01	Encargos com a saúde.	2.025,86 €	
01.03.05	Contribuições para a segurança social.	30.185,08 €	
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias.	16.198,15 €	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes.	1.243,98 €	
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos.	131,19 €	
02.01.21	Outros bens.	896,89 €	
02.02.09	Comunicações.	1.183,76 €	
02.02.10	Transportes.	4.589,41 €	
02.02.12	Seguros.	1.691,46 €	
02.02.13	Deslocações e estadas.	36.901,74 €	
02.02.15	Formação.	1.284,90 €	
02.02.17	Publicidade.	137,22 €	
02.02.20	Outros trabalhos especializados.	197.633,52 €	
02.02.25	Outros serviços.	5.994,81 €	
04.08.02	Outras.	26.192,65 €	
04.09.03	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais.	45.750,00 €	
	Capital		
07.01.10	Equipamento básico.	114.660,00 €	
07.01.15	Outros investimentos.	2.559,16 €	
	III - Total da despesa em c/ fundos comunitários		
	Total da despesa do exercício (I + II)		7.149.925,01 €
	III - Total da entrega ao Tesouro em c/ receita própria		0,00 €
	IV - Total de pagamentos do exercício (I + II + III)		0,00 €
	Importâncias entregues ao Estado e outras Entidades		
	Receitas do Estado	943.481,54 €	
	Operações de Tesouraria	1.003.740,67 €	
	V - Total da despesa de fundos alheios		1.947.222,21 €
	Saldo para a gerência seguinte		
	Execução orçamental		1.471.342,16 €
	De dotações orçamentais (OE)	131.206,40 €	
	De receitas próprias		
	Na posse do serviço	1.340.135,76 €	
	Na posse do Tesouro ... 0,00 €		
	De receita do Estado		10.329,45 €
	De operações de tesouraria		65.373,28 €
	Descontos em vencimentos e salários		
	Receita do Estado ... 0,00 €		
	VI - Total do saldo da gerência na posse do serviço		1.547.044,89 €



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Fluxos de Caixa

Handwritten signature

Descontos em vencimentos e salários			
Receitas do Estado ... 883.688,95 €			
Operações de Tesouraria ... 976.695,27 €			
SASE			
Saldo para a Gerência Seguinte		0,00 €	
Pagamentos		0,00 €	
Total geral do mapa de fluxos de caixa (IV + V + VI)			10.644.192,11 €



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Balanço

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa

Gerência de 01-01-2011 a 31-12-2011

Activo	2011			2010	
	Código das contas	AB	AP	AL	AL
Imobilizado					
Bens de domínio					
451 - Terrenos e recursos naturais	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
452 - Edifícios	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
453 - Outras construções e infra-estruturas	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
454 - Infra-estruturas e equip. de natureza militar	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
455 - Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
459 - Outros bens de domínio público	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
445 - Imobilizações em curso	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
446 - Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas					
431 - Despesas de instalação	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
432 - Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
433 - Propriedade industrial e outros direitos	9.370,14 €		2.031,37 €	7.338,77 €	0,00 €
443 - Imobilizações em curso	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €

h-l



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Balanço

Código das contas	2011		2010	
	AB	AP	AL	AL
449 - Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	9.370,14 €	2.031,37 €	7.338,77 €	0,00 €
Imobilizações corpóreas				
421 - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
422 - Edifícios e outras construções	2.417.640,14 €	298.318,15 €	2.119.321,99 €	2.140.439,88 €
423 - Equipamento e material básico	2.883.162,34 €	2.365.032,60 €	518.129,74 €	614.663,69 €
424 - Equipamento de transporte	122.128,09 €	67.333,74 €	54.794,35 €	64.004,35 €
425 - Ferramentas e utensílios	4.888,52 €	4.888,52 €	0,00 €	33,40 €
426 - Equipamento administrativo	1.399.673,22 €	1.221.476,28 €	178.196,94 €	157.267,20 €
427 - Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429 - Outras imobilizações corpóreas	765.900,40 €	532.176,99 €	233.723,41 €	46.940,70 €
442 - Imobilizações em curso	17.007,65 €	0,00 €	17.007,65 €	0,00 €
448 - Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	7.610.400,36 €	4.489.226,28 €	3.121.174,08 €	3.023.349,22 €
Investimentos financeiros				
411 - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
412 - Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
414 - Investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
415 - Outras aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

W L



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Balanço

Código das contas	Activo	2011				2010	
		AB	AP	AL	AL		
441 - Imobilizações em curso		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
447 - Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Circulante		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Existências							
36 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		38.761,83 €	0,00 €	38.761,83 €	39.908,42 €		
35 - Produtos e trabalhos em curso		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
34 - Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
33 - Produtos acabados e intermédios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
32 - Mercadorias		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
37 - Adiantamentos por conta de compras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
		38.761,83 €	0,00 €	38.761,83 €	39.908,42 €		
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Dívidas de terceiros - Curto prazo							
2811 + 2821 - Empréstimos concedidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
211 - Clientes, c/c		65.547,03 €	0,00 €	65.547,03 €	105.789,17 €		
212 - Alunos, c/c		10.963,42 €	0,00 €	10.963,42 €	7.455,85 €		
213 - Utentes, c/c		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Balanço

Código das contas	Activo	2011				2010	
		AB	AP	AL	AL	AL	AL
214 - Clientes, alunos e utentes - Títulos a Receber		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
218 - Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa		29.816,86 €	29.816,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
251 - Devedores pela execução do orçamento		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
229 - Adiantamento a fornecedores		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2619 - Adiantamento a fornecedores de imobilizado		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
24 - Estado e outros entes públicos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
26 - Outros devedores		30,00 €	0,00 €	30,00 €	30,00 €	587,63 €	587,63 €
		106.357,31 €	29.816,86 €	76.540,45 €	113.832,65 €		
Títulos negociáveis							
151 - Ações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
152 - Obrigações e títulos de participação		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
153 - Títulos da dívida pública		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
159 - Outros títulos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
18 - Outras aplicações de tesouraria		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa							
13 - Conta no Tesouro		925.249,17 €	0,00 €	925.249,17 €	1.091.516,76 €		
12 - Depósitos em inst. financeiras		621.372,27 €	0,00 €	621.372,27 €	607.026,96 €		
11 - Caixa		423,45 €	0,00 €	423,45 €	43.033,62 €		
		1.547.044,89 €	0,00 €	1.547.044,89 €	1.741.577,34 €		

ws



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Balanço

Código das contas	2011			2010	
	AB	AP	AL	AL	AL
Acréscimos e diferimentos					
271 - Acréscimos de proventos	279.804,63 €	0,00 €	279.804,63 €	109.540,25 €	
272 - Custos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Total do activo	279.804,63 €	0,00 €	279.804,63 €	109.540,25 €	
	9.591.739,16 €	4.521.074,51 €	5.070.664,65 €	5.028.207,88 €	
Total de amortizações		4.491.257,65 €			
Total de provisões		29.816,86 €			

hL



**Tribunal de Contas
Prestação de Contas**

Balanço

Fundos próprios e passivo		2011	2010
Fundos próprios			
51 - Patrimônio		1.436.443,22 €	1.436.443,22 €
55 - Ajustamento de partes capital em empresas		0,00 €	0,00 €
56 - Reservas de reavaliação		186.672,85 €	186.672,85 €
Reservas			
571 - Reservas legais		0,00 €	0,00 €
572 - Reservas estatutárias		0,00 €	0,00 €
573 - Reservas contratuais		0,00 €	0,00 €
574 - Reservas livres		0,00 €	0,00 €
575 - Subsídios		0,00 €	0,00 €
576 - Doações		0,00 €	0,00 €
577 - Decorrentes da Transferência de Ativos		0,00 €	0,00 €
59 - Resultados transitados		273.807,45 €	302.756,41 €
88 - Resultado líquido do exercício		598.363,04 €	-28.948,96 €
Total do Fundo Patrimonial		2.495.286,56 €	1.896.923,52 €



**Tribunal de Contas
Prestação de Contas**

Balanço

Fundos próprios e passivo		2011	2010
Código das contas			
Passivo			
29 - Provisões para riscos e encargos		0,00 €	0,00 €
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		0,00 €	0,00 €
Dividas a terceiros - Curto prazo			
23 111 + 23 211 - Empréstimos por divida titulada		0,00 €	0,00 €
23 112 + 23 212 + 12 - Empréstimos por divida não titulada		0,00 €	0,00 €
269 - Adiantamentos por conta de vendas		0,00 €	0,00 €
221 - Fornecedores, c/c		0,00 €	0,00 €
228 - Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		0,00 €	0,00 €
2612 - Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar		0,00 €	0,00 €
252 - Credores pela execução do orçamento		0,00 €	0,00 €
219 - Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		0,00 €	0,00 €
2611 - Fornecedores de imobilizado, c/c		0,00 €	0,00 €
24 - Estado e outros entes públicos		90.113,97 €	103.399,90 €
26 ... - Outros credores		959,30 €	1.072,78 €
		91.073,27 €	104.472,68 €
Acréscimos e diferimentos			
273 - Acréscimos de custos		304.682,00 €	550.173,00 €

hL



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Balanço

Fundos próprios e passivo		2011	2010
Código das contas			
274 - Proveitos diferidos		2.179.622,82 €	2.476.638,68 €
		2.484.304,82 €	3.026.811,68 €
Total do Passivo		2.575.378,09 €	3.131.284,36 €
Total dos fundos próprios e do passivo		5.070.664,65 €	5.028.207,88 €

h.k.



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Demonstração de Resultados

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa

Gerência de 01-01-2011 a 31-12-2011

Contas	2011		2010	
Custos e perdas				
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				51.382,24 €
Mercadorias				
Matérias	0,00 €	40.488,15 €	0,00 €	51.382,24 €
62 - Fornecimentos e serviços externos				1.939.355,27 €
Custos com o pessoal				4.898.352,37 €
641 + 642 - Remunerações	3.438.212,72 €		4.098.205,88 €	
643 a 648 - Encargos sociais	695.982,91 €		800.146,49 €	
63 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. sociais				164.269,08 €
66 - Amortizações do exercício				225.941,90 €
67 - Provisões do exercício				39.925,50 €
65 - Outros custos e perdas operacionais				1.852,50 €
(A)				7.321.078,86 €
68 - Custos e perdas financeiros				615,74 €
(C)				7.321.694,60 €
69 - Custos e perdas extraordinários				68.512,85 €

ef h



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Demonstração de Resultados

		2011		2010	
Contas					
(E)					7.390.207,45 €
88 - Resultado líquido do exercício			6.912.465,02 €		-28.948,96 €
Total			7.510.828,06 €		7.361.258,49 €
Proveitos e ganhos					
71 - Vendas e prestações de serviços			240.599,39 €		278.579,98 €
Vendas de Mercadorias		0,00 €		0,00 €	
Vendas de Produtos		0,00 €		0,00 €	
Prestações de Serviços		240.599,39 €		278.579,98 €	
72 - Impostos e Taxas			547.881,92 €		210.647,80 €
Variação da produção			0,00 €		0,00 €
75 - Trabalhos para a própria entidade			0,00 €		0,00 €
73 - Proveitos suplementares			47.221,33 €		118.023,01 €
74 - Transferências e subsídios correntes obtidos			6.500.261,06 €		6.627.417,29 €
741 - Transferências - Tesouro		3.994.628,00 €		4.489.018,00 €	
742 + 743 - Outras		2.505.633,06 €		2.138.399,29 €	
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais			0,00 €		0,00 €
(B)			7.335.963,70 €		7.234.668,08 €
78 - Proveitos e ganhos Financeiros			383,96 €		290,41 €
(D)			7.336.347,66 €		7.234.958,49 €



Tribunal de Contas
Prestação de Contas

Demonstração de Resultados

Contas	2011		2010	
79 - Proveitos e ganhos extraordinários		174.480,40 €		126.300,00 €
(F)		7.510.828,06 €		7.361.258,49 €
Resumo				
Resultados operacionais (B)-(A)		573.678,65 €		-86.410,78 €
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		-2.354,69 €		-325,33 €
Resultados correntes (D)-(C)		571.323,96 €		-86.736,11 €
Resultado líquido do exercício (F)-(E)		598.363,04 €		-28.948,96 €

Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados por Natureza

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.

As notas que se seguem respeitam a ordem estabelecida pelo POC - Educação. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

8.2.3 Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no POC-Educação; estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos de entidade contabilística, consistência, prudência, especialização de exercícios, substância sobre a forma, materialidade e não compensação.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Existências

As existências são registadas ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas incorridas até à entrada em armazém. Como método de valorização das saídas é utilizado o custo médio.

Os materiais de laboratório e reagentes adquiridos directamente para as Unidades de Ensino e Investigação são contabilizados como consumo na data da respectiva aquisição (admite-se que a maior parte destas aquisições são de consumo imediato).

b) Imobilizações corpóreas e amortizações

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, com base nas taxas fixadas no classificador geral – anexo I do CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril).

c) Dívidas de terceiros

Foram registadas provisões às dívidas a receber com base na totalidade dos créditos em risco de cobrança.

d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e de depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

e) Acréscimo de proveitos

Os proveitos reconhecidos no exercício são no valor dos custos incorridos com projectos de investigação cujas entidades financiadoras só promoverão as respectivas transferências em exercícios seguintes.

f) Acréscimo de custos - encargos com férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e respectivos encargos a pagar é contabilizado nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de Acréscimos de Custos, independentemente da data do respectivo pagamento.

g) Proveitos diferidos

Compreende as transferências de projectos e as propinas de cursos de mestrado e doutoramentos que deverão ser reconhecidas nos exercícios seguintes.

No que se refere aos proveitos com propinas de cursos de mestrado e doutoramento, o seu reconhecimento tem por base o período de duração dos cursos.

Transferências de capital

Incluem-se as transferências de capital que são reconhecidas como proveitos à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

be
wC

8.2.7 Activo Imobilizado

Activo Bruto

(unidade: euros)

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates/ Regularizações	Saldo Final
De Imobilizações incorpóreas						
Propriedade indust. outr. direitos		9 370,14				9.370,14
	0,00	9.370,14	0,00	0,00	0,00	9.370,14
De Imobilizações corpóreas:						
Terreno e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 417.840,14					2.417.840,14
Equipamento e material básico	2.718 499,49	204 350,09			39.687,24	2 883.162,34
Equipamento de transporte	122.128,09					122 128,09
Ferramentas e utensílios	4 888,52					4.888,52
Equipamento administrativo	1.380.945,36	91.363,57			72 635,71	1.399.673,22
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	744.171,12	26.720,31			4 991,03	765.900,40
	7.388.272,72	322.433,97	0,00	0,00	117.313,98	7.593.392,71
Total	7.388 272,72	331 804,11	0,00	0,00	117.313,98	7 602.762,85

Nota: Regularização de 0,03€ para coincidir com o SI do Cadastro

No âmbito do processo de inventário e cadastro dos bens imóveis, efectuado em Julho de 2004, pela empresa Colliers P&I, o valor de mercado do edifício Biotério foi de 1.289.775,69€ (considerando 7 anos de idade de uma vida útil esperada de 80 anos).

Em 2009, a Universidade Nova de Lisboa (UNL), procedeu à reavaliação do seu património imobiliário e dos imóveis do Estado que lhe estão afectos. Neste incluiu-se o edifício do Biotério cujo aumento do valor de reavaliação apurado foi de 234.121,47€.

As amortizações acumuladas do edifício do Biotério, após a reavaliação, atingiram o valor de 247.633,3€. Logo, o valor contabilístico reavaliado deste edifício cifrou-se em 1.276.263,86€.

62
hC

Amortizações e Ajustamentos

(unidade: euros)

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industri. outr. direitos		2.031,37		2.031,37
	0,00	2.031,37	0,00	2.031,37
De Imobilizações corpóreas:				
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	277.200,26	21.117,89		298.318,15
Equipamento e material básico	2.281.069,07	83.963,53		2.365.032,60
Equipamento de transporte	58.123,74	9.210,00		67.333,74
Ferramentas e utensílios	4.855,12	33,40		4.888,52
Equipamento administrativo	1.223.678,16	-2.201,88		1.221.476,28
Taras e vasilhame	0,00	0,00		0,00
Outras imobilizações corpóreas	519.997,15	12.179,84		532.176,99
	4.364.923,50	124.302,78	0,00	4.489.226,28
Total	4.364.923,50	126.334,15	0,00	4.491.257,65

Nota: Regularização de 0,02€ para coincidir com o Cadastro

À semelhança de 2010, em 2011 as amortizações do edifício do Biotério e das obras do Canil foram no valor de 19.048,71€ e 2.069,18€, respectivamente.

No que respeita aos restantes imóveis afectos à actividade do IHMT, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, não integram ainda o património da UNL.

Apesar do relatório da Colliers P&I ter efectuado, em Julho de 2004, a avaliação de todos os imóveis sob administração do IHMT, optou-se por não se proceder ao seu registo contabilístico até o processo de transferência para a titularidade da UNL estar concluído. O registo contabilístico da reavaliação destes imóveis encontra-se, também, condicionada ao termo deste processo.

8.2.23 Dívidas de cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor das dívidas de cobrança duvidosa incluídas no Balanço era de 29.816,86€, referente a créditos em mora.

8.2.31 Movimentos nas Contas de Provisões Ocorridos no Exercício

Em 2011, foram registados em provisões os seguintes valores:

Provisões Acumuladas

(unidade: euros)

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	53.873,82	15.868,54	39.925,50	29.816,86
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

A redução da provisão resulta do recebimento de alguns dos créditos, no valor de 24.421,62€, bem como da regularização de parte da dívida da empresa CESO, no valor de 15.503,88€, devido à alteração no montante inicial do contrato, acordada por ambas as partes.

A provisão foi constituída numa base económica tendo em atenção o risco efectivo de recuperabilidade dos valores a receber, designadamente atendendo às dificuldades financeiras que o Serviço Nacional de Saúde atravessa actualmente impedindo-o de liquidar os seus compromissos atempadamente.

8.2.33 Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2011, foi determinado como segue:

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

(unidade: euros)

Código das contas	Movimentos	Matérias Primas subsidiárias e de consumo
36	Existências Iniciais	39.908,42
31	Compras	39.419,87
38	Regularização de existências	-78,31
36	Existências finais	38.761,83
Custos no exercício		40.488,15

8.2.37 Demonstração dos Resultados Financeiros

Demonstração dos Resultados Financeiros

(unidade: euros)

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		N	N-1			N	N-1
681	Juros suportados	304,73	13,78	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades ou subentidades		
683	Amortizações de invest. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip. de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	193,90	178,35	785	Diferenças de câmbio favoráveis	300,85	151,85
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos	83,31	138,76
688	Outros custos e perdas financeiras	2.240,02	423,61	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados Financeiros	-2.354,68	-325,33	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		383,96	290,41			383,96	290,41

8.2.38 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Demonstração dos Resultados Extraordinários

(unidade: euros)

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		N	N-1			N	N-1
691	Transferências de capital concedidas			791	Restituições		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	184,83	32,30	793	Ganhos em existências	86,62	820,48
694	Perdas em imobilizações	77,85	1 318,40	794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	39 925,50	385,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	148 989,02	82 540,14	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	81 295,43	29 398,08
698	Outros custos e perdas extraordinários	209,82	4 622,01	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	53 172,95	95 898,44
	Resultados extraordinários	27 039,08	57 787,15				
		174 480,40	128 300,00			174 480,40	128 300,00

A rubrica 7.9.8 inclui o valor de 52.967,22€, relativo à contrapartida da rubrica subsídios para investimento.

8.2.39 Outras Informações Consideradas Relevantes para a Apreciação da Situação Financeira e dos Resultados

a) Acréscimos de proveitos

A rubrica acréscimo de proveitos no valor de 279.804,63€ respeita a financiamentos de projectos que se prevê que irão ser transferidos para o IHMT em 2012, mas cujos custos já foram despendidos. Parte desses custos, no valor de 42.443,27€, já foram realizados em exercícios anteriores.

b) Acréscimos de custos

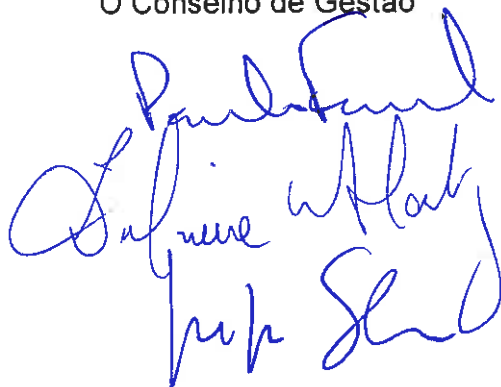
A rubrica de acréscimos de custos no montante de 304.682€ inclui os encargos com férias, subsídios de férias e respectivos encargos sociais a liquidar em 2012.

A diferença menor em relação ao ano anterior resulta do estabelecido no artigo 21º da Lei do Orçamento de Estado para 2012, no cálculo do subsídio de férias considerou-se a suspensão do seu pagamento às pessoas cujas remunerações base mensal sejam superiores a 1.100€, bem como a sua redução para remunerações base mensal entre 600€ e 1.100€.

c) Proveitos diferidos

Os proveitos diferidos no valor total de 2.179.622,82€, decompõe-se como se segue: Propinas de Mestrados e Doutoramentos – 92.517,08€, Projectos – 768.167,72€ e Subsídios para Investimento – 1.318.938,02€.

O Conselho de Gestão



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidenciam um total de 5.070.665 euros e um total de Fundos Próprios de 2.495.287 euros, incluindo um resultado líquido de 598.363 euros), as Demonstrações dos Resultados por Natureza e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do referido Instituto e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública, para o Sector da Educação (POC – Educação).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

ENFÂSES

9. Sem afectar a opinião expressa nos pontos 7. e 8. acima, compete-nos referir que:
- a) não consta do Balanço do Instituto o montante referente a três imóveis (os edifícios Principal, do Canil e dos Macacos) que possui e utiliza há dezenas de anos, visto não fazerem parte do património da U.N.L., sendo o seu actual valor de mercado, após reavaliação realizada em Maio de 2009, de cerca de vinte milhões de euros;
 - b) no entanto, aquela reavaliação repercute-se num único edifício que está registado nas contas, o Biotério, cujo valor de aquisição sofreu um incremento de 234.121,47 € e a respectiva depreciação de 47.448,62 €. A diferença entre estes dois valores (186.672,85 €) consta como reserva de reavaliação, patente em adequada rubrica dos Fundos Próprios do Balanço;
 - c) não existem seguros, principalmente para cobertura dos riscos de incêndio, raio e explosão, tempestades, inundações, roubo e danos a terceiros ou responsabilidade civil; estes riscos são suportados pela entidade titular do imóvel, segundo disposição legal;
 - d) a rubrica de Acréscimos de Proveitos no valor de 279.804,63 € refere-se a financiamentos de projectos que serão reembolsados futuramente, mas cujos custos já foram suportados; no ano anterior aquela regularização elevava-se a 109.540,25 €;
 - e) a conta Acréscimo de Custos, com as extensões de 304.682,00 € e 550.173,00 €, respetivamente, em 2011 e 2010, englobam os encargos com férias, subsídios de férias e respetivos encargos a pagar em cada um dos anos seguintes;
 - f) procedeu-se à regularização de receitas de projetos (768.167,72 €) e de propinas de mestrado / pós graduação (92.517,08€) atendendo ao princípio contabilístico do acréscimo ou da periodização, escriturando essas receitas como tal, futuramente, obedecendo aquele princípio, ficando agora em proveitos diferidos; no ano anterior aquelas regularizações foram, respetivamente, de 1.060.902,51 € e de 94.946,90 €;
 - g) a conta de Proveitos Diferidos, no total de 2.179.622,82 €, tem as seguintes sub-rubricas: propinas de mestrado/pós graduação (92.517,08 €) projetos/subsídios/custos de formação (768.167,72 €) e subsídios para investimento (1.318.938,02 €);
 - h) O pessoal docente presta o número de horas semanais de serviço conforme fixado pelo Conselho Científico e de acordo com o regime a que se encontra vinculado, nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, não sendo efetuado registo mecanográfico de assiduidade e pontualidade, por inexistência de medidas definidas neste sentido para esta carreira. Por este motivo, também não é efetuado registo mecanográfico de assiduidade e pontualidade quanto ao pessoal de investigação científica.

Lisboa, 27 de Abril de 2012


NUNES CAMEIRA E ANTUNES CABRERA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
(Inscrição nº. 1)
representada pelo sócio Nunes Cameira (ROC nº117)